

Saberes e poderes no Mundo Antigo

Estudos ibero-latino-americanos

Volume I - Dos saberes

Fábio Cerqueira, Ana Teresa Gonçalves,
Edalaura Medeiros & José Luís Brandão
(Orgs.)

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
FEDERAL UNIVERSITY OF PELOTAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FEDERAL UNIVERSITY OF GOIÁS

FESTAS NOS GOVERNOS DE SEPTÍMIO SEVERO E CARACALA: OS JOGOS DECENAIS

Ana Teresa Marques Gonçalves*
Universidade Federal de Goiás - Brasil

Em seu estudo sobre o conceito de representação, apresentado enquanto uma ponte construída entre a ausência e a presença de algo, Henri Lefebvre ressalta a importância da memória no estudo das representações e enfatiza que toda evocação do passado se acompanha de ritos, de cerimônias, que apresentam um sentido e uma finalidade para todo o grupo e para seus líderes (LEFEBVRE, 2006, p.69). No mesmo sentido, vão as inferências de Jean-Marie Apostolidès, sobre o reinado de Luís XIV, intitulado *O Rei-Máquina*, nas quais aponta que:

O espetáculo é uma necessidade intrinsecamente associada ao exercício do poder: o monarca deve deslumbrar o povo (...). O cerimonial associado ao monarca tem por função tornar visível o imaginário do corpo simbólico (...). A arte clássica tem por função traduzir em imagens o corpo imaginário do rei, através das referências mitológicas das quais se nutre a monarquia. Longe de serem autônomas, as diferentes artes só encontram sua vitalidade no discurso político que as organiza. (APOSTOLIDÈS, 1993, p.10, 15 e 70)

Assim, A realização de cerimônias públicas, de momentos festivos, é uma forma sofisticada muito antiga de comunicação com objetivo político, pois as festas ajudam a manipular a opinião e a suscitar adesão, a persuadir através de imagens e a legitimar o mando, sendo, deste modo, um dos vários instrumentos de poder. No desenrolar das festas, divulgam-se mensagens, imagens, símbolos e mitos, que auxiliam no controle social. A linguagem festiva é, sobretudo, imagética, o que explica seu alto poder de persuasão, de busca de consentimento e de apoio ao poder, garantindo uma impressão de unidade, fundamental para a manutenção do comando. O poder utiliza meios espetaculares para marcar sua entrada na história (comemorações, festas de todo o tipo, construção e reconstrução de monumentos). As manifestações do poder não se coadunam com a simplicidade; a grandeza, a ostentação e o luxo as caracterizam. As emoções tendem a se exacerbar nos espetáculos festivos organizados pelos poderosos. As imagens utilizadas nas festas marcam a identidade dos regimes e dos espetáculos do poder, realizados com o objetivo de mostrar grandiosidade e força política.

* Professora Adjunta de História Antiga e Medieval na UFG. Doutora em História Econômica pela USP. Bolsista Produtividade do CNPq. anteresa@terra.com.br

Festas no governo de Septímio Severo e Caracala

Nenhum sistema político é mudo. Um poder que não fala pelo *décor*, pela *mise-en-scène*, perderia a adesão do grupo de apoio, pois a persuasão reforça a sujeição. Portanto, as festas são signos e fazem parte de um ritual: não há sociedade sem ritual e não há ritual sem festas, pois elas ajudam a legitimar o regime (CAPELATO, 1998, p.19-59).

O ritual pode ser entendido como um conjunto de atos formalizados, expressivos, detentores de uma dimensão simbólica. Ele é caracterizado por uma configuração espaço-temporal específica, pelo recurso a uma série de objetos, por sistemas de comportamento e de linguagem específicos e por sinais emblemáticos cujo sentido codificado constitui um dos bens comuns de um grupo. O ritual insiste na dimensão coletiva, isto é, ele faz sentido para os que o partilham. Ele tem eficácia social, pois ordena a desordem, dá sentido ao accidental, cria situações de adesão e regula conflitos. A festa é antes de tudo um ato coletivo, com um lado sagrado e outro leigo de puro divertimento, e serve ao poder, que deve afirmar-se regularmente no decurso de grandes cerimônias (SEGALEN, 2000, p.23 e 73-74). Como nos lembra J. Arce, o ritual não é a máscara do poder, mas é em si mesmo uma forma de poder (ARCE, apud: TEJA, 1993, p.642). E os primeiros governantes Severos souberam perceber a importância das festas e dos rituais para a manutenção de seu poder.

As festas serviam de cenário para a apresentação das boas qualidades, da imagem idealizada do soberano. Nos momentos festivos, ele era a imagem da generosidade, ao promover distribuições de dinheiro e/ou alimentos, da força, ao ser aclamado pelas legiões e pela plebe urbana de Roma ou das cidades provinciais, do pontificado, ao realizar importantes ritos religiosos, responsáveis por garantir o apoio das divindades à continuidade do Império.

Partindo destas idéias, colocamo-nos, deste modo, bastante distantes metodologicamente dos pressupostos aventados por Paul Veyne, no capítulo “Buts de l’Art, Propagande et Faste Monarchique”, do livro *L’Émpire Gréco-Romain* (2005), que, por sua vez, é uma retomada de argumentos já apresentados no artigo “Propagande expression roi, image idole oracle”, que apareceu na revista *L’Homme*, em 1990. Tanto no artigo quanto no capítulo, Veyne defende a não utilização do conceito de propaganda no mundo antigo, propondo uma diferenciação entre propaganda, fasto e carisma. Para ele, propaganda busca persuadir alguém do direito de ser comandado, sendo uma empresa de organização de opinião dentro de um regime forte; o fasto pressupõe que o direito de governar existe e que todo mundo já está persuadido dele, sendo que todo chefe tem direito automático ao fasto; e o carisma é o que conquista a opinião favorável dos súditos (VEYNE, 2005, p.412-414). Veyne dialoga com Paul Zanker, para defender que Augusto possuía carisma, que seus sucessores tiveram direito ao fasto e que não houve propaganda no sentido moderno. Parte da premissa de que os monumentos que nos chegaram não poderiam ser

suficientemente bem observados pela população para se converterem em suportes de mensagens propagandísticas.

Veyne defende que as imagens, obras de arte e festas monárquicas não eram formas de propaganda, mas apenas formas artísticas de expressão, porque não se poderia controlar os efeitos do que se produzia. Seriam meramente expressões de alegria e de arte. Como ele comenta, o rei deve exprimir sua grandeza porque ele é rei; ele não se torna rei, exprimindo sua grandeza (VEYNE, 1990, p.21 e 23). Para Veyne, o monarca elabora ostentação e não comunicação, pois suas obras expressam a sua majestade e não transmitem informações (VEYNE, 1990, p.22).

Ao contrário de Paul Zanker (1991, p.193), que defende que as imagens são formas de comunicação e de expressão global da sociedade, comunicando muitas vezes valores e desejos coletivos, Veyne (1990, p.14) veicula que a propaganda é uma retórica: ela se endereça a outros e afeta seus modos de agir e suas convicções, agindo sobre a razão ou sobre a sensibilidade, por isso as imagens do soberano expressam apenas a sua grandeza e não são uma forma de propaganda, pois não servem para convencer ninguém do poder do governante, mas apenas para expressá-lo, não tendo possibilidades de convencimento. Discutindo com as concepções de A. Hauser, Veyne defende que o artista nem sempre exprime o espírito de uma civilização, nem a crença de uma sociedade e que os compradores de obras de arte escolhem-nas pelos catálogos de modelos e não segundo uma necessidade de expressão. Para ele, a arte romana não informa nem comunica, não convence, mas somente expressa e constata a glória dos soberanos. Além disso, segundo ele, as obras de arte tinham mal visibilidade e o espectador comum tinha dificuldade de entendê-las, pois normalmente as olhava de passagem (VEYNE, 1990, p. 15-16).

Paul Veyne, no artigo e no capítulo de seu livro, só pensa e dá atenção à ascensão ao poder e ignora os mecanismos necessários para a sua manutenção. Não consegue pensar as obras de arte como veículos de mensagens capazes de ajudar o governante a se manter no poder. Também para ele, propaganda deveria ser algo programático e decidido por instâncias específicas, e não algo que surgia da necessidade diária de se manter o comando imperial, perseguindo-se a formação de uma coesão social mínima em torno de uma imagem a ser divulgada. Temos uma concepção bastante diferente da usada por ele para a noção de propaganda. Acreditamos que expressar o poder de um soberano é uma forma de propaganda. Tentando combater a idéia de existência de um espectador ideal (a pessoa que presta atenção em toda a obra, e que passa horas estudando-a e buscando compreendê-la na íntegra), Veyne (1990, p.16) expressa a posição radicalmente contrária. Defende que ninguém olhava as obras e que poucos as entendiam. Mas na realidade, não há como quantificar, nem em muitos ou poucos, os que observavam as obras de arte, e os símbolos e representações

Festas no governo de Septímio Severo e Caracala

expressos nelas eram facilmente entendidos pelos homens de seu tempo, o que não demandava uma grande utilização de tempo em admirá-las para entendê-las. Além disso, na relação que ele estabelece entre o artesão/artista, que realiza a obra, e o receptor, ele se esquece de uma terceira figura fundamental, que era a pessoa responsável por encomendar a obra, que tinha normalmente propósitos muitos claros na sua encomenda.

Como enfatiza Claude Lefort (2000, p.16-17), o poder pode ser associado à imagem do Príncipe, do governante, do guerreiro, do padre ou do mágico. Em todos os casos, o caráter do poder está ligado ao da obediência, e a própria obediência implica um certo modo de crença. O exercício do poder depende sempre do conflito político e esse último atesta e entretém o conflito de interesses, de crenças e de opiniões na sociedade. Por isso, é importante o governante poder contar com uma ferramenta política como a propaganda, através da qual ele e seu grupo de apoio podem comunicar as informações que lhes interessam na busca da construção de um consenso.

Assim, analisamos as festividades empreendidas pelos Severos em seus anos de governo. Em 202 d.C., Severo abriu oficialmente em Roma as suas festas decenais. Dion Cássio nos informa que os jubileus decenais dos Imperadores tiveram sua origem no governo de Otávio Augusto. Este Príncipe havia recebido do Senado e do povo romano a honra de ter um *imperium* legal por dez anos, vendo-o renovado por mais dez anos e assim sucessivamente. Cada uma destas renovações legais dava lugar à celebração de uma grande festa. A prática da renovação decenal do *imperium* pelo Senado foi abandonada por Tibério, mas não a festa e a comemoração de pelo menos dez anos no poder (Dio Cass 8.16.2-3). E foi assim, separada da concessão do *imperium*, que a festa tradicional chegou aos governos dos Severos.

Anualmente, celebrava-se em todo o Império, por intermédio de aclamações, o dia de aniversário da recepção do *imperium* pelo Príncipe, os chamados *dies imperii*. Porém, as festas denominadas de *decennalia* tinham outra amplitude. Davam lugar a cerimônias e jogos espetaculares e eram comemoradas com a construção de grandes obras públicas. Eram sempre realizadas em Roma com a presença do Imperador. A festa decenal era realizada ao início do décimo ano e não ao seu fim; devido a essa prática tradicional, as festividades de Septímio foram em 202 d.C. e não em 203 d.C., como afirmam alguns autores, já que recebeu o título de *imperator* (LESUISSE, 1961, p.415-428. MCFAYDEN, 1920, p.60-67) e o reconhecimento do Senado pela primeira vez em 193 d.C. (CHASTAGNOL, 1984, p.93). E estas festividades em Roma contaram com uma importante testemunha ocular, Dion Cássio, que nos deixou em sua obra a sua descrição dos festejos.

Segundo Dion:

Na ocasião do décimo aniversário de sua ascensão ao poder, Severo presenteou o conjunto daqueles que se beneficiavam das distribuições de trigo (a plebe frumentária) e os soldados da Guarda Pretoriana com moedas de ouro em igual número aos anos de seu reinado. Ele vangloriou-se de sua generosidade, e, de fato, nenhum Imperador anterior tinha gasto tanto dinheiro com a população. Estima-se que gastou no total duzentos milhões de sestércios (cinquenta milhões de dracmas). (Dio Cass 77.1.1)

Segundo Fergus Millar (1991, p.155-156), este pequeno estrato do texto diôneo é a descrição mais detalhada que existe de um congíario, pois, segundo ele, percebe-se que o congíario era calculado em aureos. Ele afirma que a generosidade do ano de 202 d.C. equivaleu a um quarto dos ganhos anuais do Estado romano, demonstrando a importância política e econômica desta distribuição no início das festas decenais.

Pelo início do relato de Dion, nota-se que se abrem as comemorações agradando-se a plebe de Roma e os Pretorianos, com a distribuição de moedas de ouro. Se observarmos algumas moedas cunhadas em Roma em 202 d.C., verificamos que elas explicitam nas legendas o décimo poder tribunício dado a Severo e as comemorações do fato. No anverso aparecem as legendas: *SEVERVS PIVS AVG. P. M. TR. P. X*, por exemplo: BMC, V, n. 379 – aureo cunhado em Roma; ou *SEVER. P. AVG. P. M. TR. P. X COS. III*, por exemplo: BMC, V, n. 380 – aureo cunhado em Roma, tendo a imagem do busto de Septímio laureado e com uma toga drapeada. No reverso, a própria imagem da família reunida: o busto de Júlia Domna ladeado pelos bustos de Caracala e Geta, com a legenda *Felicitas Saeculi*. Há também moedas cunhadas em Roma em 202 d.C. que apresentam no reverso a imagem da *Liberalitas* de pé, segurando o *abacus* e a cornucópia, cuja legenda é *Liberalitas AVGG.* (BMC, V, n. 345 a 351 – aureos e denários cunhados em Roma).

Assim, duas idéias/imagens perpassam este início da festividade: a abundância, que possibilita a generosidade do Imperador, conquistada graças à expansão do território, e a união da família imperial, que aparece junta na festa e nas moedas, um dos veículos por intermédio do qual se propaga a realização da festa para as províncias. Além disso, aproveita-se a ocasião para se realizar o casamento do novo Augusto e sucessor indicado de Septímio, Caracala, com a filha do Prefeito do Pretório e *comes* do Príncipe, Plautiano, já se buscando a criação de mais uma geração de Severos, pela espera de filhos para Caracala e Plautila. Seguindo-se a narração de Dion Cássio:

As núpcias de Antonino, filho de Severo, e de Plautila, filha de Plautiano, foram celebradas neste momento. E Plautiano deu a sua filha um dote suficiente para garantir o casamento de cinquenta princesas. Nós vimos os presentes quando foram carregados do Fórum para o Palácio. (Dio Cass 77.1.2)

Festas no governo de Septímio Severo e Caracala

Plautiano aproveitou a ocasião e a afluência de pessoas a Roma, com o intuito de assistirem a realização da festa, para expor publicamente sua riqueza, seu poder e sua proximidade com a família imperial. Além de casar sua filha com o Príncipe herdeiro, Plautiano forneceu um dote descomunal que foi carregado como uma procissão do Fórum para o Palácio. Aos ritos religiosos que normalmente marcavam o início de uma festividade, Septímio soube habilmente juntar mais um: um casamento, uma cerimônia que marcava a possibilidade de continuidade da família no poder por várias outras gerações. Ao lado da distribuição de dinheiro e de alimentos, fornecia-se também à população imperial, e não somente aos habitantes da cidade de Roma, a idéia/imagem de que o Império estava seguro, rico e ordenado nas mãos da família dos Severos, e que assim deveria permanecer por muito tempo. E esta concepção de segurança e continuidade espalhou-se pelo Império por intermédio, por exemplo, das moedas. Nas moedas cunhadas em Laodicea, em 202 d.C., nas quais aparece nos aversos o busto de Plautila, que acabara de ingressar na família imperial, tornam-se comuns nos reversos a imagem da personificação da Concórdia e a referência na legenda à *Concordiae* (BMC, V, n. 734 a 736 – denários), indicando que o governo estava nas mãos de uma família unida, capaz de manter a ordem.

Porém, era necessário também integrar os aristocratas na festividade. Então, segundo Dion, foi oferecido um banquete:

E nós participamos juntos de um banquete, em parte real em parte com um estilo bárbaro, no qual foram servidos não somente todas as costumeiras carnes cozidas, mas também carne crua e diversos animais ainda vivos. (Dio Cass 77.1.3)

Interessante notar que Dion Cássio enfatiza uma certa atitude bárbara adotada pelos Severos, ao servirem num banquete oficial carne crua e animais ainda vivos. Uma hipótese bastante plausível é que Dion buscou, desta forma, enfatizar um lado bárbaro, estrangeiro aos costumes tradicionais, da própria família imperial, cujos integrantes eram africanos e sírios de origem, portanto, com costumes diferentes dos praticados na capital do Império.

No banquete se revigoravam as forças dos convivas e se uniam em torno da família imperial os principais cidadãos do Império. Este banquete era tanto nupcial, pois sucedeu o casamento de Caracala, quanto de comemoração pelo poder que se mantinha há dez anos. Ele integrava, segundo André Chastagnol, os atos religiosos das festas decenais. Antes do banquete, havia sacrifícios e libações e se faziam procissões religiosas pela cidade até o templo de Marte, buscando-se o apoio das divindades ao governo comemorado (CHASTAGNOL, 1987, p.493-496). Conhece-se, por exemplo, um sestércio, cunhado em Roma em 202 d.C., em cujo reverso aparece a imagem dos dois Augustos, Septímio e Caracala, acompanhados

de um tocador de flauta dupla, como acontecia em procissões festivas (RIC, IV, n. 821).

E não se concebia organizar uma festa sem que jogos e espetáculos ocorressem. Como nos diz Dion Cássio:

Neste tempo, ocorreram todos os tipos de espetáculos em honra do retorno de Severo, da comemoração de seus dez primeiros anos no poder e de suas vitórias. Nestes espetáculos, lutaram uns com os outros, a um sinal dado, sessenta javalis selvagens dados por Plautiano, junto com vários outros animais selvagens, que foram mortos, incluindo entre eles um elefante e um *corocottas* (uma espécie de hiena). Este último animal é uma espécie indiana, que foi introduzida em Roma neste momento pela primeira vez, segundo meu conhecimento. Tinha a cor de uma leoa e de um tigre combinados, e a aparência geral destes animais, como também de um cachorro e de uma raposa, curiosamente listrado. No centro do anfiteatro foi construído um grande receptáculo de água dentro do qual se construiu um navio, e este navio era capaz de receber e de liberar quatrocentas feras de uma só vez. Depois o navio foi bruscamente escondido na água, e de dentro dele passaram a surgir na arena ursos, leoas, panteras, leões, avestruzes, asnos selvagens, bisões (este é uma espécie de boi estrangeiro em espécie e aparência). Então, setecentos animais ao todo, entre selvagens e domesticados, um de cada vez ou ao mesmo tempo, foram sendo abatidos, enquanto corriam para todos os lados. Para corresponder a duração da festa, que durou sete dias, o número de animais abatidos foi sete vezes cem. (Dio Cass 77.1.4-5)

Deste modo, foram três os motivos de comemoração e não apenas um, como no tempo de Otávio: o retorno de Septímio para Roma, os dez anos no poder e suas vitórias militares. Severo acabara de retornar da Antioquia, após ter vencido de forma sucessiva Pescênio Nigro, Clódio Albino e os Partos, portanto, após ter conseguido vitórias internas e externas, além de ampliar o território imperial pela conquista e anexação da Mesopotâmia, de parte da Bretanha e de territórios do norte da África (Numídia). Tanto que passou a colocar em várias inscrições públicas o título de *propagator imperii* (por exemplo, na famosa inscrição do Arco do Triunfo de Septímio em Roma, CIL, VI, n.1033; e em várias inscrições encontradas na África, como CIL, VIII, n. 5699, 6340, 6969, 4826).

Na obra de Dion Cássio e na *História Augusta*, afirma-se que esta propagação do território imperial foi promovida por Severo por simples desejo de glória (Dio Cass 76.1.1 e *Hist.Aug. Seu.* 15.1). Todavia, concordamos com Anthony Birley que defende que esta expansão tinha vinculação direta com o fato de Severo querer continuar as anexações promovidas pelos Antoninos, dos quais se dizia herdeiro e sucessor direto, principalmente, após se transformar em *divi Marci filius* (BIRLEY, 1974, p.297-299).

Festas no governo de Septímio Severo e Caracala

Nos jogos, muitos animais exóticos foram abatidos, lutando entre si ou contra os *venatores*, demonstrando que Roma havia conquistado diferentes territórios, nos quais se encontravam animais diversos, que eram trazidos para a *urbs* para comemorar o poder do Império, visto que festejar os dez anos de governo de um Imperador era também comemorar a manutenção do Império e da supremacia de Roma sobre o mundo conhecido por mais dez anos.

Plautiano, Prefeito do Pretório de Severo, mais uma vez aproveitou o espaço da festa para demonstrar o seu poderio. Foram deles os sessenta javalis ofertados para se digladiarem para a alegria dos convidados. E só um homem rico e poderoso poderia fazer tal agrado ao Imperador, com a permissão do próprio Príncipe.

Era fundamental se comemorar as vitórias do soberano, pois elas eram vistas como vitórias de todo povo romano. Pela descrição de Dion, os jogos tiveram lugar no Anfiteatro, mas alguns pesquisadores, a partir da análise das moedas cunhadas na época, defendem que alguns espetáculos ocorreram no Circo Máximo. Jean Babelon (1945, p.149-153) e André Chastagnol (1987, p.498-499), por exemplo, estudaram um tipo de aureo que foi cunhado em Roma para comemorar os *decennalia*. Nele, no anverso, aparece a cabeça laureada de Severo e a legenda SEVERVS PIVS AVG., enquanto no reverso há a legenda LAETITIA TEMPORUM, lembrando a felicidade e a alegria que marcam tal festividade, em torno da imagem de um barco posto no circo, do qual se reconhece a *spina* e seus ornamentos característicos, em torno do qual estão quatro quadrigas e alguns animais (um à direita do barco, outro à esquerda e seis postos lado a lado na parte inferior da peça) (RIC, IV, n. 274).

Ambos os autores defendem que o ciclo de espetáculos foi inaugurado no Circo, onde se colocou o barco citado por Dion, que teria se esquecido de falar a respeito das corridas de bigas, que também se realizam nestas festas, e que aparecem representadas nas moedas. As outras exposições poderiam ter sido realizadas no Anfiteatro Flávio.

Herodiano, outro contemporâneo dos Severos, também se referiu a esta festa em sua obra:

Depois de concluir com êxito a campanha do Oriente, Severo se pôs em marcha apressada para Roma com seus filhos, que já estavam na idade da adolescência. No caminho, atendeu aos assuntos das províncias, segundo as circunstâncias de cada caso, e visitou os exércitos da Mésia e da Panônia. Assim que chegou a Roma, foi recebido em triunfo pelo povo romano com aclamações e pompa extraordinárias. Ele ofereceu sacrifícios e dedicou ao povo festas com jogos e espetáculos. Efetuou, da mesma maneira, uma generosa distribuição de dinheiro e pagou jogos triunfais. (Herod. 3.10.1-2)

No relato de Herodiano, os jogos oferecidos por Severo são vistos como parte de seu *adventus* em Roma e não como integrantes das festas decenais. Na

História Augusta, por sua vez, comenta-se que o Senado ofereceu a Septímio as honras do triunfo, mas que o Imperador teria recusado sob o pretexto de que, sofrendo da gota e de outras doenças da articulação, não poderia suportar ficar de pé sobre a biga até o Capitólio (*Hist. Aug. Seu.* 16.7).

Autores como J.B. Campbell aceitam esta informação da *História Augusta*. Retomemos suas idéias, no intuito de aprofundar a discussão:

Permanece curioso o fato de que Septímio Severo não celebrou nenhum triunfo em todo o seu governo. Ele recusou um triunfo votado pelo Senado em 195, e esta recusa pode ser explicada pelo argumento de que ele não queria receber um triunfo vindo de uma guerra civil. Mas é mais difícil explicar porque ele recusou um triunfo em 202, após o seu real sucesso na Guerra Pártica. A *História Augusta* sugere que um ataque de gota impediu o Imperador de permanecer de pé na carruagem triunfal (*Hist. Aug. Seu.* 16.7). Isto é plausível, pois seria embaraçoso para o Imperador participar de cerimônia tão digna sentado. As vitórias foram celebradas com distribuições de dinheiro e com sete dias de suntuosos jogos e espetáculos” (CAMPBELL, 1984, p.142).

Campbell se esquece de que, em 202 d.C., Severo não precisava da realização de um triunfo formal para comemorar suas vitórias, pois podia fazê-lo de forma suntuosa, ao longo dos festejos promovidos pelos seus dez anos de governo. Por isso, não cremos tão difícil de explicar a recusa de Septímio ao triunfo formal em 202 d.C. Se analisamos as palavras de Herodiano, vemos que Severo recebeu mais honras do que se tivesse feito uma procissão de triunfo. Voltou apressadamente para Roma, possivelmente, já pensando nos *decennalia*. Apesar disso, parou em várias cidades, provavelmente recebendo a cerimônia do *adventus* em cada uma delas, e visitou vários acampamentos militares, onde também ocorriam cerimônias festejando sua visita. Por isso, ao chegar a Roma, ele recebeu um *adventus* magnífico, sendo recebido como em triunfo. Ser recebido em triunfo não é sinônimo de se promover uma procissão de triunfo.

André Chastagnol também acredita que Severo não recebeu um triunfo formal, pois os ritos próprios de um triunfo não são descritos pelos historiadores contemporâneos aos Severos, mas apenas a existência de atos tradicionais nos jubileus de dez anos de governo, bem como a organização de ovações e de aclamações (CHASTAGNOL, 1987, p.500-501).

Nem na narrativa de Herodiano nem na de Dion Cássio aparecem indícios da realização de um triunfo formal. Septímio não parecia estar vestido de púrpura e não fez uma procissão junto com seu exército até o templo de Júpiter, para oferecer o sacrifício de um touro. Entretanto, talvez pelas legiões de Severo terem entrado armadas no *pomerium*, acompanhando seu general na entrada em Roma, Herodiano tenha comparado esta entrada a uma procissão de triunfo e por isso tenha afirmado que Septímio entrou “em triunfo”, pois oficialmente nenhum

Festas no governo de Septímio Severo e Caracala

corpo militar podia entrar armado na cidade, tradição esta normalmente quebrada com a aprovação do Senado no caso da realização de um triunfo. Além disso, Domenico Vera nos lembra que, desde o segundo século, vinha-se discutindo um certo abuso da prática do triunfo, por parte dos Imperadores, que criavam situações para terem direito a esta cerimônia (VERA, 1980, p.89-132). Assim, podemos inferir que ao optar por festejar os *decennalia* ao invés de realizar um triunfo tradicional, Septímio reforçou sua imagem de amigo dos aristocratas e defensor dos costumes tradicionais, pois recusou algo que estava ocorrendo em excesso, para comemorar algo mais difícil de se alcançar, que era a marca dos dez anos de governo.

Caracala também recebeu do Senado de Roma as honras de um triunfo, após derrotar os Partos, mais uma vez, e recuperar a Mesopotâmia. Mas isso não quer dizer que tenha celebrado o triunfo. Como afirma Herodiano, ele recebeu as honras triunfais de um Senado com medo e dado a adulações, e que já sabia das vitórias de Caracala, antes mesmo de ele as anunciar oficialmente, pois “é impossível que as ações de um Imperador passem inadvertidas”, mas não voltou para Roma para efetivar as honras recebidas, preferindo permanecer na Mesopotâmia, onde consagrou seu tempo às corridas de cavalo e à caça de todo tipo de animal selvagem (Herod. 4.11.8-9). Sendo assim, era possível ganhar honras triunfais e o direito ao uso da imagem de triunfador em estátuas, arcos e outros monumentos, mesmo sem realizar em Roma a procissão de Triunfo, como bem o fizeram tanto Septímio quanto Caracala.

Note-se inclusive que Herodiano cita os sacrifícios, a distribuição de dinheiro e os jogos que marcaram a comemoração dos *decennalia*, chamando-os de jogos triunfais, pois comemoravam também as vitórias de Septímio, como já nos lembrou Dion Cássio. Além disso, era comum que quando um Imperador tomava conta do poder e na ocasião da comemoração de seus jubileus, eram-lhe feitos retratos que se exibiam em todo o Império. Os retratos originais, que serviam de modelo para as oficinas provinciais, saíam costumeiramente de Roma, quer fossem estátuas ou bustos, ou se faziam desenhos que eram coligidos em livros de modelos, que atravessavam o território imperial (SCHUCHHARDT, 1972, p.131-138). Lembremos também que, em retribuição às vitórias, o Senado não apenas votou honras triunfais, mas ordenou a construção no Fórum de Roma de um arco triunfal, que foi concluído e dedicado ao Príncipe e seus herdeiros em 203 d.C., sublinhando a importância do restabelecimento da ordem nas fronteiras orientais (FRANCHI, 1960, p.20).

Assim, festas e jogos eram feitos para que o Imperador ou o candidato ao cargo pudessem aumentar a sua popularidade. Pelo menos esta era a opinião de Herodiano, que a profere ao comentar os jogos e as festas promovidas por Pescênio Nigro em Antioquia:

Nigro lhes ofertava continuamente espetáculos, pelos quais sentiam especial predileção, e lhes dava permissão para que fizessem festas e promovessem jogos, graças aos quais aumentava a sua popularidade e, naturalmente, era respeitado. (Herod. 2.7.7-9)

Desta forma, nesta pequena passagem, Herodiano reconhece que a permissão ou promoção de festas e jogos eram importantes para garantir a legitimidade e a conquista da autoridade pelos homens públicos, que já estavam no poder ou em luta para conquistá-lo.

Portanto, como afirma A. Momigliano, as estátuas, os templos, os sacerdotes, os jogos, os sacrifícios e outros atos cerimoniais que se executavam em honra do Imperador ajudavam a fazê-lo presente: também ajudavam o povo a expressar seu próprio interesse na conservação do mundo em que viviam (MOMIGLIANO, 1992, p.170). Comemorar o governante era também festejar a manutenção da situação vigente. Assim, podemos perceber como o espaço festivo era utilizado para divulgar a imagem positiva do soberano, prática esta que permaneceu presente até o mundo contemporâneo.

Documentos

- Dio's Roman History*. English translation by Earnest Cary. London: William Heinemann, 1961. v.9 (The Loeb Classical Library).
- ERODIANO. *Storia dell'Impero Romano dopo Marco Aurelio*. Testo e versione di Filippo Càssola. Firenze: Sansoni, 1967.
- MATTINGLY, H.; SYDENHAM, E. A. (ed.). *The Roman Imperial Coinage*. London: Spink and Son, 1936. V. 4, partes 1 e 2.
- MATTINGLY, H.; SYDENHAM, E. A. (ed.). *Coins of the Roman Empire in the British Museum*. London: British Museum, 1950. V.5.
- The Scriptores Historiae Augustae*. English translation by David Magie. London: William Heinemann, 1953. V. 1 e 2 (The Loeb Classical Library).

Obras gerais

- APOSTOLIDÈS, J.-M. *O Rei-Máquina*. Brasília: Edunb, 1993.
- BABELON, J. À Propos d'un Aureus de Septime Sévère au Type de la Galère. *Revue Numismatique*. Paris, v.7, p.149-153,1945.
- BIRLEY, A. *Septimius Severus: The African Emperor*. London: Eyre and Spottiswoode, 1971.
- BIRLEY, A. The Coups d'Etat of the Year 193. *Bouner Jahrbucher*. Bonn, v. 169, p.247-280,1969.
- BIRLEY, A. Septimius Severus, Propagator Imperii. In: *Actes du IX Congrès International d'Études sur les Frontières Romaines*. Bucaresti: Academici, 1974. p.297-299.
- CAMPBELL, J. B. *The Emperor and the Roman Army*. Oxford: Clarendon Press, 1984.
- CAMPBELL, J. B. *The Roman Army*. London: Routledge, 1994.
- CAPELATO, M. H. R. *Multidões em Cena*. Campinas: Papyrus, 1998.
- CHASTAGNOL, A. Les Fêtes Décennales de Septime-Sévère. *Bulletin de la Société Nationale des Antiquaires de France*. Paris, v. 7, p.91-107,1984.

Festas no governo de Septímio Severo e Caracala

- CHASTAGNOL, A. Aspects Concrets et Cadre Topographique des Fêtes Décennales des Empereurs à Rome. In: *L'Urbs: Espace Urbain et Histoire*. Rome: École Française de Rome, 1987. p.491-507.
- FRANCHI, L. *Ricerche sull'Arte di Età Severiana in Roma*. Roma: L'Erma di Bretschneider, 1960.
- LEFEBVRE, H. *La Presencia y la Ausência: Contribución a la Teoría de las Representaciones*. México: FCE, 2006.
- LEFORT, C. As Encarnações do Poder. In: *Folha de São Paulo*. Domingo, 18 de junho de 2000. Caderno Mais, p. 16-17.
- LESUISSE, L. La Nomination de l'Empereur et le Titre d'Imperator. *L'Antiquité Classique*. Bruxelles, v. 30, p.415-428,1961.
- MCFAYDEN, D. *The History of the Title Imperator under the Roman Empire*. Chicago: University Press, 1920.
- MILLAR, F. *The Emperor in the Roman World*. London: Duckworth, 1992.
- MILLAR, F. *A Study of Cassius Dio*. Oxford: Clarendon Press, 1964.
- MILLAR, F. Emperors at Work. *Journal of Roman Studies*. London, v. 57, p. 9-19,1967.
- MILLAR, F. Les Congiaires à Rome et la Monnaie. In: GIOVANNINI, A. (ed.). *Nourrir la Plèbe*. Kassel: F. Reinhardt, 1991. p. 143-159.
- MOMIGLIANO, A. *De Paganos, Judíos y Cristianos*. México: FCE, 1992.
- SCHUCHHARDT, W. H. *Arqueologia*. Lisboa: Meridiana, 1972.
- SEGALEN, M. *Ritos e Rituais*. Lisboa: Europa-América, 2000.
- TEJA, R. Il Cerimoniale Imperiale. In: MOMIGLIANO, A.; SCHIAVONE, A. (dir.). *Storia di Roma*. Torino: Giulio Einaudi, 1993. V.3, n. 1, p.613-642.
- VERA, D. La Polemica contro l'Abuso Imperiale del Trionfo. *Rivista Storica dell'Antichità*. Bologna, v. 10, p. 89-132,1980.
- VEYNE, P. Propagande expression roi, image idole oracle. *L'Homme*. Paris, v. 30, n. 2, p. 7-26,1990.
- VEYNE, P. *L'Émpire Gréco-Romain*. Paris: Seuil, 2005.
- ZANKER, P. *Augusto y el Poder de las Imágenes*. Madrid: Alianza, 2005.
- VEYNE, P. Immagini e Valori Collettivi. In: MOMIGLIANO, A.; SCHIAVONE, A. (dir.). *Storia di Roma*. Torino: Giulio Einaudi, 1991. V.2, n. 2, p.193-220.